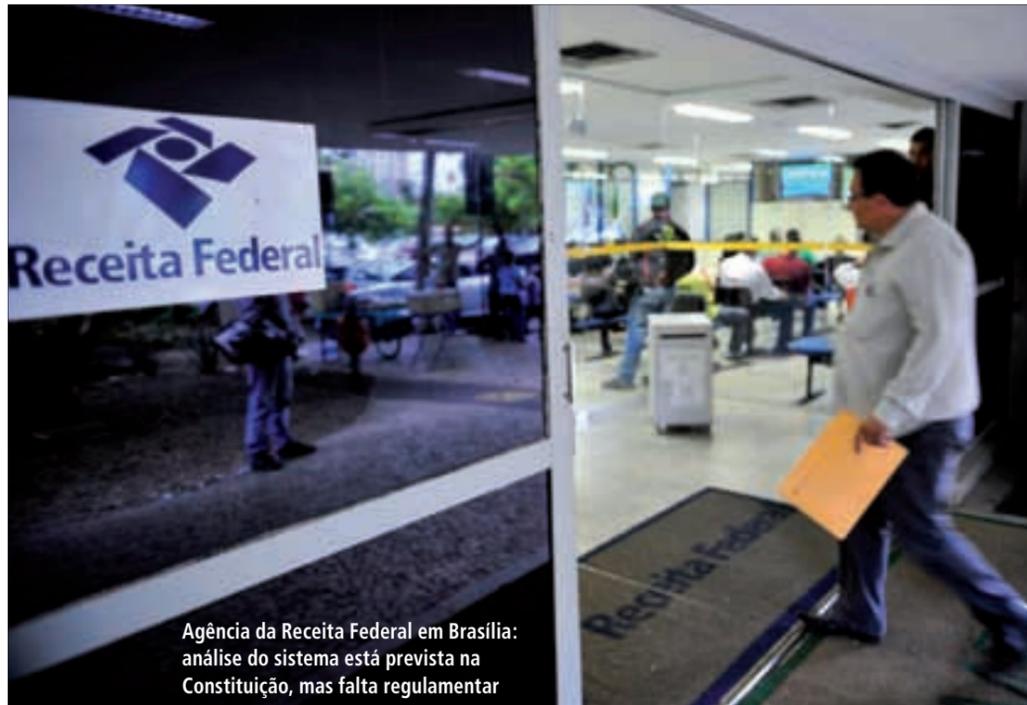




Senadores poderão avaliar sistema tributário todo ano

Projeto lista aspectos dos tributos federais, estaduais e municipais que serão estudados na Casa; objetivo é melhorar modelo fiscal

A competência do Senado para avaliar o Sistema Tributário Nacional está prevista na Constituição, mas ainda não foi regulamentada. Na semana passada, o presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que isso deverá ser feito brevemente. Os líderes dos partidos buscam apoio para dar urgência ao projeto. **3**



Agência da Receita Federal em Brasília: análise do sistema está prevista na Constituição, mas falta regulamentar

Renato Amajó/ABR

Viana e Anibal apoiam ações anunciadas pela Mesa

Medidas visam agilizar os trabalhos do Senado e fortalecer a Casa. **2**

Durval realça potencial da energia solar no Nordeste **4**

Ana Amélia comemora incentivo ao vinho **3**

STF decide esta semana sobre análise de vetos **4**



Julgamento definirá se o Congresso Nacional deve analisar cerca de 3 mil vetos presidenciais antes do Orçamento de 2013

Genésio Baptista/SCJ/STF

Paim vê avanço em sentença que beneficia aposentados **4**

Texto de Collor prevê 15 anos de mandato no Supremo **4**

GUIA DE FONTES DE INFORMAÇÃO SOBRE O SENADO FEDERAL

Muitas obras, uma publicação

Chegou o *Guia de Fontes de Informação sobre o Senado Federal*: um importante instrumento de consulta de caráter institucional e histórico do Parlamento brasileiro. Para conhecer melhor e de forma dinâmica o funcionamento e a importância do Poder Legislativo, consulte o guia.

Baixe gratuitamente a versão digital do guia ou compre a versão impressa em www.senado.leg.br/guiadefontes



SECS | SUPRES - Criação e Marketing

Na semana passada, Mesa anunciou mudanças na Casa, como a realização de sessões de discussão e a agilização da análise dos projetos considerados prioritários

Para Viana e Anibal, novas medidas agilizarão trabalhos do Senado

OS SENADORES JORGE Viana (PT-AC) e Anibal Diniz (PT-AC) falaram na sexta-feira sobre as medidas anunciadas na véspera pela Mesa do Senado com o objetivo de fortalecer as ações da Casa.

Viana destacou a realização de sessões de debates para aprofundar discussões e agilizar a análise de temas importantes e a proposta para que os presidentes das agências reguladoras compareçam anualmente ao Senado para prestar conta de suas atividades.

— As medidas vêm no sentido de prestar contas à sociedade e melhorar as atividades parlamentares — afirmou ele, que é o primeiro vice-presidente do Senado.

Viana observou que o Senado é uma das mais antigas instituições do país e desde sua criação, em 1827, sempre se caracterizou como um lugar de debates. Em seguida, lamentou o esvaziamento dessa



Jorge Viana diz que as medidas vão melhorar atividades parlamentares

tradição, a seu ver provocado pela adoção de regras regimentais restritivas em décadas mais recentes.

Lembrou que na semana passada Aécio Neves (PSDB-MG) ocupou a tribuna para fazer um “contraponto” às celebrações do PT pelos dez anos na Presidência da República.

— Mas ficamos engessados dentro do regimento, que não permite que o debate possa fluir — avaliou Viana.



Anibal Diniz cita o agendamento da votação de novas regras para o FPE

Anibal Diniz, por sua vez, elogiou as decisões da Mesa para acelerar a discussão de propostas em tramitação prioritárias para o país.

O agendamento da votação das novas regras de distribuição do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para 19 de março, no Plenário, foi um exemplo citado pelo senador do empenho da atual gestão em imprimir “mais eficiência e agilidade” às ações da Casa.

Embora alguns senadores defendam a discussão do FPE no rol de mudanças do pacto federativo, Anibal acredita que o assunto deve ser tratado isoladamente.

— Por incompetência dos líderes em construir um acordo, não foram feitos os ajustes necessários [no FPE] até o final de 2012, recorrendo-se ao Supremo Tribunal Federal para os estados do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Daí a necessidade de absoluta prioridade.

Segundo o senador, os líderes partidários se reunirão 13 de março para decidir sobre os assuntos com votação prioritária para o Senado. Ele defende, por exemplo, que nessa reunião se estabeleça a tramitação separada do FPE e da nova repartição dos royalties do petróleo.

PEC trata de agências reguladoras

Anibal Diniz fez uma observação sobre a proposta apresentada na reunião da Mesa pelo segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), de exigir prestação de contas anual de dirigentes de agências reguladoras (como Anatel, Anac, ANS e Aneel) à Casa.

Ele lembrou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) já aprovou, no final do ano passado, uma proposta de emenda à Constituição, de Walter Pinheiro (PT-BA), que torna obrigatória a prestação de contas para todos os ocupantes de cargos públicos com escolha aprovada previamente pelo Senado (PEC 89/11).

A proposta redigida por Pinheiro aguarda inclusão em ordem do dia para ser votada pelo Plenário do Senado.

Partilha do FPE será 1º tema em discussão

O debate sobre as novas regras de distribuição do dinheiro do Fundo de Participação dos Estados (FPE) deve ser o primeiro tema das sessões temáticas, como lembrou Jorge Viana. Ele observou que há mais de dois anos ocorreu a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido da revisão das regras de distribuição dos recursos, em consonância com regra constitucional sobre o tema. E disse que em 19 de março a matéria começará a ser examinada e que então haverá uma reunião entre os governadores e os presidentes do Senado e da Câmara.

— Como o Senado é a Casa da Federação, não tem ideia melhor do que inaugurar os debates com um tema federativo — afirmou.

Viana disse esperar

repercussão igualmente positiva para a proposta que obriga o comparecimento dos presidentes das agências reguladoras uma vez por ano ao Senado, assunto que ainda deve ser aprovado em Plenário. Argumentou que o presidente do Banco Central já comparece regularmente à Casa para prestar contas e lamentou que, apesar de serem sabatinados por comissões do Senado, os presidentes das agências não cumprem o mesmo rito, a despeito das repercussões jurídicas e econômicas de suas decisões.

— Vejo senadores da base do governo e da oposição questionando isso. Mas agora vai virar uma rotina, pois todo ano eles vão vir aqui para prestar contas — disse.

Viana saudou ainda a decisão da Mesa de estimular

a regulamentação de dispositivos constitucionais pendentes, como o que trata da obrigação do Senado de avaliar, periodicamente, o Sistema Tributário Nacional. A alteração será feita em caráter de urgência no Plenário.

Paulo Paim (PT-RS) também comemorou as decisões da Mesa, que, como disse, devem fortalecer a democracia e o Senado.

A respeito da avaliação do sistema tributário, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) observou que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) fez um bom trabalho nesse campo por um período, abordando não somente a distribuição como também a estrutura dos tributos no país — a seu ver, elementos que podem servir ao debate a partir de agora.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO 34 anos de associação de procuradores

11h Os senadores comemoram os 34 anos da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho. Às 14h, a sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e comunicados.

TERÇA

PLENÁRIO Pauta trancada

14h A pauta está trancada por três medidas provisórias. Entre as quais a MP 581/12, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

QUINTA

CÓDIGO PENAL Audiência pública

Audiência pública da comissão especial que examina o projeto do novo Código Penal, com jurista Miguel Reale Júnior e o procurador Luiz Carlos Gonçalves.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burl

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Regulamentação de artigo da Constituição que dá essa competência ao Senado é uma das medidas anunciadas na semana passada; projeto deverá ganhar urgência no Plenário

Avaliação do sistema tributário deverá ser anual

UMA DAS DECISÕES da Mesa anunciadas na semana passada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, é a regulamentação de artigo constitucional para que a Casa tenha atribuição de avaliar o funcionamento do Sistema Tributário Nacional.

No dia da eleição para a Presidência da Casa, Renan já havia se comprometido com a implantação desse tópico, que é objeto de um projeto de autoria dele (PRS 27/11). Os líderes partidários já começaram a colher assinaturas para levar a proposição ao Plenário em regime de urgência.

— A decisão de colocarmos na pauta a regulamentação do artigo 52 da Constituição, garantindo a sua apreciação em caráter de urgência, será mais uma medida entre aquelas que objetivam o fortalecimento do Senado no cumprimento do seu papel constitucional e na relação com a sociedade brasileira — afirmou Renan durante o anúncio das medidas decididas pela Mesa para fortalecer e agilizar o Senado.

Pelo texto, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá a competência de avaliar periodicamente o funcionamento do sistema e o desempenho das administrações tributárias de União, estados e municípios.

A avaliação será feita todo ano por um grupo de senadores da CAE designados pelo presidente da comissão.

A proposta também permite que o Senado solicite informações e documentos aos entes federados e ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todo ano, o grupo de senadores terá até dia 15 de março para receber documentos e informações, até 30 de abril para realizar audiências públicas e até 30 de junho para apresentar o relatório final.

Segundo o texto, o Senado deverá avaliar o Sistema Tributário Nacional em vários aspectos, como qualidade da legislação, carga tributária, equilíbrio federativo, renúncias fiscais, redução das desigualdades regionais e compatibilidade com a legislação de outros países ou blocos econômicos.

O relatório conclusivo do grupo de senadores deve ser submetido à deliberação da CAE, em caráter terminativo.

— Trazer para o âmbito do Poder Legislativo, do Senado, as discussões acerca das dificuldades, dos desafios e das perspectivas da tributação brasileira será fundamental para a construção de um amplo entendimento acerca do modelo fiscal adequado para nossa realidade — explica Renan.

O PRS 27/11 está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando o relatório de Lobão Filho (PMDB-MA).



Proposta de Renan (E) prevê consulta a órgãos como o Confaz, que reúne secretários de Fazenda



Jonas Pereira/Agência Senado

Fernando Rodrigues/SAN

O que prevê a proposta

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) terá a competência de avaliar periodicamente como estão o funcionamento do sistema e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados e dos municípios

A avaliação será feita todo ano por um grupo de senadores da CAE designados pelo presidente da comissão. O Senado poderá solicitar informações e documentos aos entes federados e ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Todos os anos, o grupo de senadores terá até **15 de março** para receber **documentos e informações**

até **30 de abril** para realizar **audiências públicas**

até **30 de junho** para apresentar o **relatório final**

O relatório conclusivo do grupo de senadores da CAE deverá ser submetido à **deliberação do Plenário da comissão**, em caráter terminativo

Envio de cópia integral do relatório aprovado à Presidência da República, à Câmara dos Deputados, aos governos estaduais, às assembleias legislativas e aos tribunais de contas. Os municípios devem receber um resumo com as principais conclusões

ALGUNS ASPECTOS QUE SERÃO AVALIADOS

do Sistema Tributário Nacional:

- ▶ complexidade e qualidade da legislação
- ▶ custos
- ▶ qualidade dos tributos
- ▶ carga tributária
- ▶ equilíbrio federativo
- ▶ renúncias fiscais
- ▶ harmonização normativa
- ▶ redução das desigualdades regionais e compatibilidade com a legislação de outros países ou blocos econômicos

das administrações tributárias de cada ente federativo:

- ▶ a relação entre o custo da administração e o montante arrecadado
- ▶ o desempenho da fiscalização
- ▶ a relação entre pagamento espontâneo e coercitivo dos tributos
- ▶ o desempenho das cobranças judicial e extrajudicial da dívida ativa tributária
- ▶ a efetividade dos programas de recuperação fiscal
- ▶ a qualidade do atendimento ao contribuinte

Aloysio pede reajuste da tabela do SUS

O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), atribuiu a crise financeira em que estão mergulhadas as Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos em todo o país sobretudo à defasagem no valor dos procedimentos pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

O senador cobrou do governo federal reajuste imediato da tabela do SUS, para evitar o fechamento desses hospitais, cuja dívida cresceu de R\$ 1,8 bilhão em 2005 para R\$ 11,8 bilhões.

— De cada 100 reais despendidos pelos hospitais filantrópicos no atendimento pelo SUS, apenas 65 reais são ressarcidos.

Aloysio ressaltou que o problema afeta de maneira dramática a população.



José Cruz/Agência Senado

Ele sugeriu que a questão seja tema de debates em uma das sessões que começarão a ser realizadas no Senado, conforme aprovado pela Mesa da Casa.

— Essa é uma causa que deve unir a todos sem hesitação. Saúde não é problema de governo e oposição, é causa comum a todos — disse.

O senador destacou que as Santas Casas são responsáveis por 57% da assistência pelo SUS e que a parceria do Estado brasileiro com as instituições filantrópicas é prevista na Constituição.

— A Santa Casa é o único ponto para o qual convergem aqueles em busca de tratamento em mais de mil pequenos e médios municípios do país — observou.

Ana Amélia: boas notícias para o vinho

O anúncio, pelo governo, do novo preço mínimo da uva e de medidas para reduzir o estoque do vinho foi saudado por Ana Amélia (PP-RS). Ela lembrou a importância da cadeia produtiva da uva e do vinho para a Serra Gaúcha, a partir da imigração italiana.

Segundo a senadora, o setor enfrenta muitas dificuldades por causa da queda na renda dos produtores de uva e dos grandes estoques de vinhos no país, hoje em torno dos 300 milhões de litros.

A senadora disse que a Rússia deverá ser um dos principais destinos do vinho brasileiro. Além da busca de mercado externo, observou, os produtores estão empenhados em aumentar a popularização



José Cruz/Agência Senado

da bebida no Brasil. Ela disse que estuda projeto para tornar a tributação de sucos proporcional ao uso de insumos artificiais — quanto mais artificial o suco, maiores os impostos. Para a senadora, essa medida é benéfica para a saúde dos consumidores,

por valorizar produtos mais naturais, e incentiva a produção de frutas.

— Muitas bebidas anunciam conter uva, mas a composição não tem um grão de uva. Tem cor da uva, cheiro da uva, mas de uva não tem nada — frisou.

Ana Amélia manifestou a confiança na ampliação do mercado para o suco de uva e o vinho brasileiros e a recuperação do setor.

OAB elogia relatoria de Paim em projeto que criminaliza a homofobia

A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) enviou uma carta a Paulo Paim (PT-RS) parabenizando-o por assumir a relatoria do projeto que criminaliza a homofobia. A OAB-SP defende a proposta (PLC 122/06).

Na sexta-feira, o senador leu em

Plenário trechos da carta, na qual a instituição afirma que é necessário “livrar nossa sociedade das amarras da intolerância, do ódio, da perseguição, do desprezo e dos assassinatos que acontecem contra nossos irmãos; enfim, é preciso livrar a todos da homofobia”.

O senador afirmou que está “conversando com todos” e apresentará um novo texto para o projeto. Ele lembrou que há muitas resistências, como a apresentada pelos parlamentares religiosos, e, por isso, o projeto “não é fácil de aprovar”. — Aqueles que estão questionando a

proposta, peço que esperem a nova redação que queremos construir — disse.

Segundo Paim, o projeto não foi colocado em votação por outros presidentes da Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde tramita hoje, “porque, da forma como estava, seria derrotado”.

Longo período de estiagem do semiárido poderia ser aproveitado pelo Brasil, segundo senador, que diz ver um atraso de 30 a 40 anos na exploração da energia solar em relação a países desenvolvidos

CPT/Imaú



Primeira usina solar da América Latina, a MPX Tauá foi inaugurada em agosto de 2011: energia solar no sertão do Ceará

Durval sugere leilões de energia solar no Nordeste

O GOVERNO PRECISA aproveitar o potencial brasileiro de energia solar, em especial na região do semiárido, segundo João Durval (PDT-BA). Uma estratégia fundamental para alcançar esse objetivo, disse o senador, é a realização de leilões específicos.

— Como é comum a ocorrência de longos períodos de estiagem, é claro que sol não falta naquela região — assinalou.

Durval ressaltou que o Brasil tem grandes vantagens em relação à maioria dos países desenvolvidos ou emergentes, mas está “30 a 40 anos atrasado na exploração desse tipo de



José Luiz/Agência Senado

Durval diz que o alto potencial solar do Brasil vem sendo subutilizado

energia, comparado a países como Alemanha, Estados Unidos e Arábia Saudita”.

— Basta olhar o mapa térmico do potencial solar do Brasil. Nele vemos uma grande mancha vermelha o ano

inteiro em todo o semiárido nordestino, da Bahia até o Ceará, uma imensa área das mais adequadas do mundo para a geração de energia solar — afirmou.

No discurso, Durval citou os benefícios do baixo impacto ambiental desse tipo de fonte energética.

— É preciso ampliar a matriz energética brasileira para que não tenhamos os problemas que estamos vivendo agora no futuro. É necessário investir em uma tecnologia que não tem impacto ambiental e é de rápida implantação, como é o caso da energia solar — acrescentou.

Silvio Ramos/Prefeitura de São José dos Pinhais



Casas têm sido fiscalizadas em todo o país, como em São José dos Pinhais (PR)

Boates podem ter normas de segurança mais rígidas

Boates, casas de shows e similares poderão ser proibidas de usar fogos de artifício, sinalizadores e materiais pirotécnicos. A proibição está em quatro projetos de lei em tramitação no Senado — três na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e um na comissão temporária de reforma do Código Penal. Pelos projetos, o alvará de funcionamento só será concedido diante dos requisitos propostos.

O PLS 26/13, de Jorge Viana (PT-AC), obriga todos os estabelecimentos, independentemente da capacidade e do

porte, à contratação de no mínimo duas pessoas treinadas pelo corpo de bombeiros para manusear os equipamentos contra incêndio e promover a evacuação ordenada do recinto, caso necessária. Como propõe reclusão de 1 a 4 anos e multa para quem conceder ou renovar alvará em desacordo com a lei, esse texto está na comissão temporária.

Os outros três — PLS 35/13, de Gim (PTB-DF); PLS 36/13, de Eduardo Amorim (PSC-SE); e PLS 37/13, de Romero Jucá (PMDB-RR) — foram diretos para a CCJ. Os projetos

Pontos em comum

Os quatro projetos em tramitação no Senado estabelecem:

- ▶ extintores de incêndio em quantidade e localização adequadas
- ▶ equipamentos de proteção contra incêndios, como chuveiros automáticos e de exaustão de fumaça
- ▶ sistema de proteção contra descarga atmosférica (para-raios)
- ▶ dispositivo de alarme sonoro de incêndio
- ▶ sistema de iluminação de emergência
- ▶ utilização de produto que não produza fumaça tóxica na construção, revestimento ou isolamento acústico dos estabelecimentos
- ▶ saídas de emergência devidamente sinalizadas e iluminadas, com portas corta-fogo
- ▶ facilidade de acesso de viatura do corpo de bombeiros

instituem exigências para casas com capacidade acima de 250 pessoas. Os prazos para a adequação à norma variam de 6 meses (textos de Gim, Amorim e Jucá) a 18 meses (Viana). Depois pode ocorrer cassação do alvará e multa administrativa.

STF decide nesta semana sobre votação de vetos presidenciais

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) realizará nesta quarta-feira uma sessão para analisar a forma de votação dos mais de 3 mil vetos presidenciais que estão pendentes de análise por parte do Congresso Nacional.

A polêmica teve início em dezembro, impossibilitando a votação, pelo Congresso, do Orçamento da União para 2013 — o que até agora não ocorreu.

O próprio presidente do Senado, Renan Calheiros, que também preside o Congresso Nacional, afirmou que esperaria a decisão formal do Supremo a respeito do assunto para que o cronograma

de votações dos vetos e do Orçamento fosse definido.

Renan e o presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, reuniram-se na semana passada com o ministro do STF Luiz Fux, autor da decisão liminar que obriga o Congresso a votar os vetos em ordem cronológica. Dias depois, Fux liberou o processo para ser decidido pelo Plenário da Corte.

O processo que trata dos vetos é o nono item da pauta de votações do STF nesta quarta-feira. A reunião será iniciada às 14h. Caso não seja apreciado nesse dia, o processo entrará automaticamente na pauta do dia seguinte.

Paim: sentença judicial sobre aposentadoria é ótima notícia

Na quinta-feira passada, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu a um trabalhador o direito à revisão de aposentadoria. Ele não parou de trabalhar quando conquistou o direito de se aposentar. Um ano depois, quando decidiu parar, descobriu que o benefício seria menor do que se tivesse se aposentado antes. Veio daí o pedido de revisão, que foi aprovado agora pelo STF. Para Paulo Paim (PT-RS), essa foi “uma excelente notícia”.

O senador citou uma declaração do presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, segundo a qual “um trabalhador não pode ser punido por ter



Pedro Franco/Agência Senado

decidido esperar antes de se aposentar”.

— Quero parabenizar os excelentíssimos ministros do Supremo Tribunal Federal pelos efeitos que a Corte deu à decisão — elogiou

Paim, explicando que “o INSS não concedia esse tipo de revisão”.

Segundo o senador, o STF determinou que todos os aposentados em situação semelhante, mas que ainda não ingressaram com ações na Justiça, poderão requisitar a revisão do benefício ao INSS. Ele observou que a decisão não inclui valores retroativos — o valor do novo benefício será contabilizado a partir da data do pedido de revisão.

Collor quer 15 anos de mandato para ministros do Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF), que hoje tem 11 ministros, poderá ter 15. A idade mínima do postulante a ministro, que é de 35 anos, passaria a ser de 45. Essas são

De acordo com Collor, a ideia de aumentar o número de ministros decorre da crescente demanda na mais alta corte do país.

Outra mudança sugerida pelo senador é que cada ministro do STF tenha mandato de 15 anos, para “garantir a



Arthur Moreira/Agência Senado

necessária atualização ideológica nas linhas construtoras das decisões do STF, mediante a renovação de seus quadros”.

A Constituição determina que o nome de um ministro precisa ser aprovado no Senado por maioria absoluta (41 votos). Pela PEC de Collor, sobe para dois terços (54 votos).

O texto cria uma série de restrições. Não poderá ser postulante quem, nos quatro anos anteriores, tenha ocupado cargo de ministro de Estado, presidente de agência reguladora, advogado-geral da União ou parlamentar. Também estará excluído quem tiver sofrido condenação criminal por órgão colegiado.